

## JOGO DOS REIS: POLÍTICA INTERNACIONAL DO REINO DO CONGO NO ATLÂNTICO ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVII\*

Frederico Antonio Ferreira\*\*

**Resumo:** o artigo busca apresentar a trajetória dos contatos diplomáticos entre congoleses com portugueses, holandeses, espanhóis e a Santa Sé entre os anos de 1482 a 1665. Este processo de aproximação deste povo africano com os europeus levaram a assimilação de elementos do campo simbólico, político e religioso do Velho Mundo. Isto mostra que antes de ser apenas um fornecedor de mão de obra cativa para os impérios coloniais da América o continente africano possui sua dinâmica econômica, social e política próprias.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Portugal. Congo. Diplomacia.

GAME OF KINGS: INTERNATIONAL POLITICS OF THE KINGDOM OF KONGO IN THE ATLANTIC BETWEEN THE SIXTEENTH AND SEVENTEENTH CENTURIES

**Abstract:** *article is to discuss the trajectory of diplomatic contacts between Congolese with Portuguese, Dutch, Spanish and the Holy See between the years 1482 to 1665. This process of rapprochement of this African people with the Europeans led the assimilation of elements of symbolic, political and religious. This shows that before being just a supplier of captive labor force for the colonial empires of America the African continent has economic dynamics, social and policy own.*

**Keywords:** *Portugal. Congo. Diplomacy.*

A presença dos povos da África na história do Brasil, geralmente, está relacionada ao conjunto-rado abastecimento de força de trabalho: sua organização, logística e dinâmica mercadológica. Dados quantitativos quanto ao comércio de pessoas para trabalho escravo, todavia, não são capazes de expressar a amplitude e a relevância das tradições, valores, conhecimentos, costumes

\* Recebido em: 04.06.2014. Aprovado em: 23.06.2014.

\*\* Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Graduado em Arquivologia pela Universidade de Brasília. Arquivista da Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores.



e cultura material que os contatos estabelecidos - mesmo que compulsoriamente - possibilitaram (THOMPSON, 2012). Sem uma perspectiva cultural sobre a presença africana no espaço atlântico, seu papel na maior parte dos casos fica reduzido a escravidão (GREEN, 2012).

Ao se tratar sobre a história dos povos ao redor do Atlântico na época Moderna e Contemporânea, a atenção se volta para os grandes impérios da Europa Ocidental, suas grandes atividades econômicas como a mineração e a agricultura, ou ainda para as construções culturais, sociais e identitárias de populações negras. A análise deste espaço polivalente de significados que o oceano representava convida a utilização de abordagens que possibilitem uma compreensão que transcenda aos aspectos locais ou regionais (THOMPSON, 2012).

O papel das sociedades não europeias na construção do espaço atlântico ainda não está suficientemente conhecido e o modo como muita das vezes é historiado não contempla sua relevância (GREEN, 2012). Torna-se assim, uma necessidade premente, que haja mais pesquisas que se debrucem sobre a participação de outros atores sociais na estruturação do sistema atlântico e sua permanente reinvenção. Uma análise estritamente econômica sobre estas sociedades pode induzir a permanência de um pensamento de um “Atlântico branco” dominado por culturas europeias (ELTIS, 1999).

Contribuindo para a elaboração dessa nova perspectiva, este artigo vem analisar as formas como a etnia africana, Congo, atuava no espaçoatlântico entre os séculos XVI e XVII, não apenas quanto ao seu papel ligado a comercialização de pessoas, mas como um elemento atuante nesse mundo em construção. Sua ação pode ser percebida no campo da diplomacia, no uso das instituições supranacionais e a utilização de elementos do imaginário político do período no intuito de resistir à ação colonial portuguesa e os prejuízos causados por ela.

## O REINO DO CONGO

As populações congolezas se localizam na parte ocidental da África Central ao sul das florestas equatoriais do centro do continente, ao redor da foz do rio Zaire<sup>1</sup>, em terras de relevo geralmente baixo com pontos contendo florestas densas e clima úmido, ocupando o espaço das atuais províncias de Uíge e Zaire no noroeste angolano (OGOT, 2012; WHEELER; PÉLISSIER, 2012).

O Reino do Congo tem suas origens nos agricultores falantes de língua banto que habitavam a parte ocidental do continente africano instalados próximos a foz do rio Zaire desde, aproximadamente, 400 a.C. Por volta do século II e V da Era Cristã a região assiste a chegada de outros povos falantes de língua banto, criadores de gado, vindos do oriente. Daí as organizações sociopolíticas tornaram-se mais complexas, e chefias formaram-se entre o oceano e o rio Zaire (OGOT, 2012). A etnia congo é formado por outros seis grupos: Kishicongo-muxicongo, Sosso, Pombo, Sorongo e Zombo que se caracterizam por falarem o idioma Quicongo. Os maiores grupos étnicos eram os Kishicongo-muxicongo que por volta do século XIV formavam a maior parte da população do Reino (WHEELER; PÉLISSIER, 2012).

Dentre as menções mais antigas existentes na literatura voltada para ciências humanas e sociais produzidas no Brasil sobre o tema, existe a indicação da presença da etnia congo no contingente de descendentes afro-brasileiros. O médico e antropólogo Nina Rodrigues, em 1932, ao arrolar as composições etno-linguísticas das populações africanas trazidas para o Brasil, faz menção ao grupo congo-angola dentro do tronco Banto (RODRIGUES, 1933). Na década seguinte, o psiquiatra Arthur Ramos reafirma a posição dos congo-angolanos dentro do tronco banto e postula a proeminência destes quanto à totalidade dos trabalhadores africanos presentes no Brasil no século XIX (RAMOS, 1946).

## OS PRIMEIROS CONTATOS

Os primeiros contatos entre os congolezes e portugueses ocorreram no século XV, em meio à busca por rotas marítimas para o Oriente. Em 1482 os lusitanos da expedição de Diogo Cão estabeleceram relações com os congolezes que habitavam a região da foz do Rio Zaire e são calorosamente recebidos (BOXER, 1988). Os reis da Casa dos Aviz não se precipitaram, neste primeiro momento, a conquistar o reino africano. Todavia, pretendiam fazê-los aliados e cristãos. As lideranças e grande parte da população se converteram ao catolicismo romano. O manicongo<sup>2</sup> zinga Nkwuo recebe o batismo e ganha o nome de João I e os líderes locais passam a utilizar os títulos nobiliários europeus - duques, marqueses e ba-



rões, entre outros. Jovens de famílias nobres congolezas são levadas à Lisboa para receberem instrução religiosa e os exércitos do rei ganharam armamento e tecnologia militar em troca da adesão e apoio aos lusos (BOXER,1988).

Por detrás deste aparente processo de transculturação<sup>3</sup> as elites congolezas enxergaram uma oportunidade de transformar seu país com a ajuda dos brancos europeus no sentido de reposicioná-lo quanto ao cenário político dos povos da região e ainda transcender sua área de atuação levando-os a fazerem parte do conjunto dos países cristãos europeus (PINTO; CARREIRA, 1979). O comércio entre congolezes e portugueses conhece dias de prosperidade: produtos como marfins, tecidos de rafia e especialmente o tráfico de escravos cresce exponencialmente na região (VANSINA, 2010).

O ambiente favorável que envolveu lusitanos e os congolezes porém sofreu profundas transformações já no século XVI. Mudanças econômicas aconteciam em Portugal. Com o declínio do comércio das Índias teve início a colonização e exploração econômica efetiva das suas posses na América. Somando a isto o aumento da produção de açúcar assim como as demandas por força de trabalho na própria metrópole fizeram com que a busca por escravos se intensificassem (PINTO; CARREIRA, 1979).

As armas de fogo presenteadas pelos portugueses fizeram com que o manicongo expandisse as fronteiras e aumentasse a influência estrangeira nas decisões internas. Isso fez com que os congolezes, de aliados e recém-convertidos, se tornassem primeiramente fornecedores e posteriormente vítimas do tráfico de escravos (BOXER,1988). Assim, o momento em que o Reino do Congo abria suas portas para a influência ocidental coincidiu com o aumento da demanda por cativos. O tráfico se intensifica e foge do controle central do Rei dos Congolezes e enriquece a vassallos e traficantes não autorizados. O mesmo ocorre com a autoridade lusitana sobre o tráfico nas regiões centrais africanas, posteriormente (PINTO; CARREIRA, 1979).

As esperanças do Manicongo de dar a seu povo um acesso a habilidades e tecnologias europeias de modo a levá-los para fora de seu isolamento foram cruelmente traídos. Os portugueses iniciam-se buscas por minas de metais preciosos, especiarias e produtos de origem animal ou vegetal de algum valor na Europa, porém sem sucesso. Sem outros artigos exportáveis a primeira vista, o país ficou a mercê das flutuações do comércio de escravos para suprir tanta as necessidades internas quanto as externas. Isso cria instabilidade política interna e atritos entre europeus e congolezes passam a ser recorrentes (PINTO; CARREIRA, 1979).

O clima de agitação interna levou a quebra do equilíbrio de forças entre os povos da região, com isto houve e gradativo enfraquecido, o poder central congolês gerando tensões políticas e sociais. Diante deste cenário de incertezas, o reino é invadido por grupos vindos do oriente – os jagas<sup>4</sup>. As defesas congolezas caíram, sua capital foi invadida. O número de prisioneiros de guerra é alto, entre eles encontram-se grande quantidade de membros da elite congoleza. Inúmeros destes refugiados de guerra são vendidos como escravos para os traficantes luso-africanos do arquipélago de São Tomé e Príncipe, que os vendem para as lavouras das próprias ilhas ou para as colônias na América (VANSINA, 2010).

Os conflitos impactaram fortemente o tráfico de escravos nas margens da foz do Zaire e na área de litoral próximo. Com a guerra, ocorre diminuição da população, o que fez com que o tráfico se voltasse para outras áreas (PINTO; CARREIRA, 1979). Com o decréscimo no povoamento da região e o clima de beligerância vivenciado pelo Reino do Congo, os portugueses e os luso-africanos do arquipélago de São Tomé e Príncipe envolvidos com o tráfico de almas se dirigem para regiões mais ao sul, nas fronteiras setentrionais do Reino do Congo.

Neste movimento foi ocupada a ilha de Luanda, próxima ao litoral e que pertencia ao Reino dos Ndongos. Estes haviam sido tributários dos congolezes, contudo, buscavam desvencilhar-se. A aproximação dos portugueses deu-lhes acesso a armamento e favoreceu o comércio com armas e favorecendo comercialmente. Daí, este povo rivaldos congolezes se fortaleceram, em especial o Reino Ndongo. Esse crescimento se dava principalmente pelo tráfico de escravos em elevação (VANSINA, 2010).

Diante da situação calamitosa da monarquia congoleza, eles reaproximam-se de Portugal e recorrem aos compromissos anteriormente pactuados entre os reis de Lisboa e Mbanza Congo. Apela para a ajuda à D. Sebastião, rei de Portugal, e em 1571 uma força expedicionária portuguesa chega para auxiliar o aos congolezes, expulsão os invasores jaga e estes recuperam seu território entre 1571



e 1573. Contudo, o auxílio luso custou ao reino a permanência das tropas europeias, controlando a região até por volta de 1575 (VANSINA, 2010).

Após a retirada das tropas portuguesas, o país se encontrava alijado de boa parte de sua antiga nobreza. Novos quadros agora formam sua elite, a administração reorganiza-se, reforçam-se as forças militares. O rei dos congoleses abandona as pretensões sobre seus antigo tributário sulista os Ndongo, agora sob proteção portuguesa. Assim sobra ao Reino do Congo iniciar sua expansão para regiões ao leste, isso por volta de 1622. Com o reino parcialmente reorganizado, os congoleses se lançam a fazer frente às tentativas de hegemonia portuguesas na região (VANSINA, 2010).

## AUTONOMIA PELA PARTICIPAÇÃO: O REINO CONGO E OS ESTADOS PONTIFÍCIOS

Em meio a essa série de conflitos e ocupações que quase levaram o Reino do Congo à extinção, a nova elite dirigente congoleza busca ampliar seu leque de possibilidades de articulação internacional buscando fazer frente às tentativas de cooptação lusitanas. Dentre elas merece destaque a procura pelo seu pleno reconhecimento como um país cristão junto às demais nações europeias. O Manicongo Mpangu-a-Nimi Lukeni Iua Mvemba, ou D. Álvaro II que reinou durante 1587 a 1613, envia uma embaixada em 1605 aos Estados Pontifícios sob o reinado do Papa Paulo V. O enviado à Roma era seu primo António Manuel – Marquês de Vunta<sup>5</sup> (AMARAL, 1997). Ele é descrito como “homem de cerca de trinta e três anos, negro, com pouca barba, mas de comportamento nobre e grave, e sobretudo pio e devoto; que falava em língua portuguesa e castelhana bastante bem” (AMARAL, 1997, p. 04).

O envio de embaixadas era visto como um perigo por parte das autoridades lisboetas – já mergulhadas na União Ibérica. Após três anos de viagem e escalas mais ou menos longas na colônia portuguesa na América, em Portugal e Espanha e após vários percalços a missão chegou a Roma. A incumbência de Funta era a de transmitir ao papa a adesão do Congo a Igreja Católica e solicitar autorização para que o rei congolês pudesse nomear os bispos locais, à semelhança do rei português. Ao saber da chegada de um emissário de terras tão distantes o papa prepara uma recepção vultosa ao embaixador e demonstra bastante interesse como na expansão da fé católica nas terras da África e em estabelecer diálogos diretos entre a Santa Sé e o rei dos congoleses. António Manuel, marquês de Funta, veio a falecer pouco após sua chegada a Roma. Por ordem do Papa, foi sepultado na Basílica de Santa Maria Maior. Essa demonstração de interesses no contato direto entre Roma e São Salvador diminuiria a dependência dos congoleses da coroa portuguesa quanto a sua relação com o restante da cristandade (AMARAL, 1997).

Há ainda outro episódio de um embaixador congolês em Roma em 1682, já próximo da data de extinção do Reino dos Congos pelos portugueses, chamado Lourenço da Silva Mendonça que apresenta cartas ao papa Inocêncio XI. Suas credenciais o naturalizavam como nascido na América Portuguesa e ainda o ligavam aos reis do Congo e de Angola. Ele questionava a legitimidade da escravização de africanos convertidos ao cristianismo e a seus descendentes. A exposição de Lourenço considerava como “diabólico” o abuso da instituição da escravidão, relatava os malefícios físicos e espirituais que o cativo ocasionava e pedia a condenação papal para a prática e a excomunhão em caso de reincidência (GRAY, 1987).

Estas iniciativas congolezas junto à corte papal devem ser entendidas dentro de um contexto de busca pela reconquista de sua hegemonia na região centro oeste africana dominado pela presença europeia e mesmo em meio aos conflitos pelos quais o país ainda passava buscar uma forma de adquirir pelo reconhecimento exterior, condições de romper e seu isolamento e arregimentar a sede da Igreja Católica como uma possível aliada.

A utilização estratégica de elementos do campo simbólico e religioso para se fazer ouvir internacionalmente mostram o quanto o espaço atlântico possibilitou a criação e reconstrução de comunidades, ideias e valores envolvidos numa dinâmica em que nenhuma das partes pode ser considerada isoladamente (RUSSEL-WOOD, 1999). Dentro de um processo histórico tido, até agora, como eminentemente português há a interferência de outros atores não diretamente relacionados, como a Santa Sé.

No entanto, esse relativo sucesso da missão congoleza junto a Santa Sé foi precedido por dificuldades em suas etapas preliminares. A mesma missão diplomática enviada por Álvaro II, que saíra do Congo em direção a Europa de 1605 tinha também a presença de D. Garcia Baptista, como embaixador



do Reino africano junto à corte de Felipe II - monarca da União Ibérica - com a incumbência de tratar de seus interesses. Ele levava um longo memorial com a pauta de discussão do rei dos congoleses para com os monarcas ibéricos (AMARAL, 1997). As pretensões mostradas eram significativas e giravam em torno de uma maior autonomia de ação do país africano diante de Lisboa e, conseqüentemente, do Império Espanhol assim como o direito de que o rei pudesse nomear certos cargos eclesiásticos - aos moldes do exercido pelos reis ibéricos em seus reinos (AMARAL, 1997). A situação foi um fator de desentendimento entre o representante congolês e o Conselho das Índias era a pretensão do estabelecimento dos contatos com a Santa Sé.

O Conselho das Índias, com a aprovação de Felipe II, consente que a Monarquia Católica poderia entregar uma carta de recomendação ao representante do Manicongo e que este deveria ser acompanhado por um agente que deveria informar o papa e seus ministros, previamente, sobre os temas e questões a serem tratados. Porém o mais inusitado era o fato de que «o dito embaixador não deveria dar a Sua Santidade papelalgun, de qualquer qualidade que fosse, sem os mostrar primeiros ao representante do rei de Espanha e Portugal» (AMARAL, 1997, p. 122).

Os mandatários do Congo, entendendo o papel que a religião católica ocupava na mentalidade portuguesa e europeia, e o quanto a exclusividade lusitana em enviar missionários para a região era prejudicial para a autonomia de seu reino, vislumbra que acesso direto ao papa, sem a intermediação portuguesa, assim como o controle do clero local significaria, no campo das ideias, uma demonstração de independência e soberania e ainda colocaria o Reino em posição de igualdade frente aos outros povos cristãos o que representaria uma vitória congoleza no campo simbólico.

#### A BUSCA POR ALTERNATIVAS: O REINO DO CONGO E A HOLANDA

Do outro lado do oceano Atlântico, a consolidação da colônia portuguesa na América com a produção da cana de açúcar estabeleceu um fluxo de comércio e exploração de pessoas para o trabalho compulsório que interligava as costas ocidentais da África e a região Nordeste da colônia. Durante a União Ibérica (1580-1640) a zona produtora de açúcar na colônia portuguesa foi invadida em 1630 pelos holandeses. Logo nos primórdios da presença neerlandesa, estes percebem que para manter o sistema produtivo seria necessário sustentar o fluxo de cativos para as lavouras. Desde o final do século XVI, participavam do comércio de escravos, porém de modo não sistemático, especialmente se comparado ao comércio português (PUTONI, 1999).

Porém, essa situação não perdurou por muito tempo. O governador holandês Maurício de Nassau, logo após estabelecer-se na América, planeja e organiza a tomada de São Jorge da Mina, na costa da África Ocidental, em 1637. A partir daí o comércio de cativos para o Nordeste da América Portuguesa se reestabelece. Se já não fosse o suficiente, os batavos, a partir da América, se lançam também sobre Luanda em 1641. Com isso, estava organizado o sistema de produção do açúcar: a força de trabalho estava garantida, a produção está mantida pelos engenhos e a comercialização assegurada pelas Provinciais Unidas (PUTONI, 1999).

Com a transferência dos pontos de contato entre traficantes e fornecedores de cativos das regiões próximas à foz do Rio Congo para Luanda ao sul as rotas comerciais dos demais produtos também se deslocou. Com isso o Reino do Congo e em especial seu principal ponto comercial Mbanza Congo, a capital, vê seus fluxos comerciais reduzirem-se drasticamente (VANSINA, 2010). Buscando restabelecer-se na região bem como tentar obter o apoio de outras nações europeias para fazer frente a ameaça que Portugal representava aproxima-se da potência emergente da Europa: a Holanda.

Concomitantemente ao fim da União Ibérica e a restauração da monarquia portuguesa em 1640, o governo de Lisboa envia embaixadas a Holanda, em 1641, visando chegar diplomaticamente a um termo que levasse a desocupação das colônias portuguesas e a invasão de Luanda pelos batavos em 1641 (PINTO; CARREIRA, 1979). Nesse ínterim, o rei Garcia II assume o trono do Congo e desenvolve uma política pendular. Horas acenando com a adesão às iniciativas proselitistas dos holandeses calvinistas, horas reforçando seus laços com os Estados Pontifícios, firmando-se dentro do catolicismo, aceitando missionários italianos à revelia de Portugal. Aproveitando da debilidade lusitana dentro da Monarquia Ibérica e da dependência que suas forças coloniais tinha do apoio africano, o rei congolês e sua corte aproveitam o momento e se envolvem no jogo político europeu que tinha nos holandeses



e nos súditos de Felipe II seus principais *players*. Entendendo que as forças batavas que haviam vencido os portugueses estabelecidos no nordeste da América do Sul e em pontos da Ásia e da África, poderiam somar-se à suas no sentido de isolar, enfraquecer e mesmo derrotar as forças portuguesas, tentam estabelecer uma aliança militar e comercial. Congolese, assim como os Ndembo firmam acordo com os holandeses contra Portugal (VAINFAS; SOUZA, 1999).

Em um período curto de tempo, ocorrem os primeiros desentendimentos entre batavos e congoleses. O Manicongo envia, assim, em 1643 três emissários à Amsterdã (VAINFAS; SOUZA, 1999). No caminho deveria fazer escala em Recife para negociar com o governador Maurício de Nassau. Como prova de boa vontade, o rei dos congoleses enviou cerca de duzentos cativos, um rico colar e uma bacia de ouro ricamente adornada para o governador holandês. Para o mandatário das Províncias Unidas, o Príncipe de Orange, levava cartas do rei dos congoleses (BÁRLEU, 1974). Contudo a aliança entre o Reino do Congo e os batavos protestantes se aproximava do fim.

Em 1644, é assinado um acordo que põe fim às disputas entre Holanda e Portugal. Em 1645 os colonos luso brasileiros do nordeste da América do Sul se rebelam contra a ocupação batava (PINTO; CARREIRA, 1979). Forças navais partiram do Rio de Janeiro e libertam Luanda dos holandeses em 1648. Após três tentativas as forças lusitanas originárias da metrópole e da colônia da América os expulsaram da região de Luanda e das proximidades da foz do rio Zaire, restabelecendo a Portugal o controle dos maiores portos de comercialização de escravos do Atlântico Sul (PINTO; CARREIRA, 1979). Erradicada a presença neerlandesa do litoral angolano, as forças de libertação luso-americanas partiram para a campanha de libertação do nordeste do Brasil e em 1649 os expulsam definitivamente do território (VANSINA, 2010; OGOT, 1999).

A presença dos luso-brasileiros se torna cada vez mais acentuada e os rumos do Reino do Congo e de Portugal se tornam distintos, senão opostos (VAINFAS; SOUZA, 1999). Essa política pendular praticada por Garcia II e que envolvia seu compromisso com o catolicismo e a aproximação militar e comercial com os calvinistas buscava antes de tudo garantir a independência e soberania do Congo formando alianças, isolando seus inimigos e mantendo-se livres.

## A FALÊNCIA DE UM PROJETO: TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO DA ESPANHA E PRIMEIRA DESTRUIÇÃO DO REINO CONGO

Expulsos os holandeses, os portugueses situados em Luanda se colocam em marcha contra as potestades locais que se alinharam aos batavos. Já prevendo retaliações por parte dos lusos, o rei Antonio I, ou Nvita a Nkanga, envia embaixadores ao rei da Espanha em busca de apoio, porém sem sucesso. Os portugueses em 1665 se lançam sobre o Reino do Congo exigindo a entrega de todo o mineral de suas minas, conforme seu voto de vassalagem (BOXER, 1960). Contudo, o governo de Mbanza Congo desde o início das relações com os europeus manteve suas jazidas como exclusivo régio. Diante a sua negativa, os portugueses lançam um ataque de grandes proporções. As forças lusitanas eram compostas por 450 mosqueteiros e duas peças de artilharia. Também haviam soldados africanos, luso americanos e indígenas sul americanos somando cerca de 15000 soldados (THORNTON, 1990). Nvita a Nkanga reúne todas as suas tropas disponíveis e conclama os nobres locais para fazer frente às forças portuguesas. O exército congolês incluía um grande número de arqueiros, provavelmente cerca de 15000, 5000 soldados de infantaria pesada equipados com escudos e espadas e um regimento de mosquete de 380 homens, 29 dos quais, portugueses (THORNTON, 1998).

As tropas congolesas não conseguiram quebrar a formação do exército português. A infantaria e os arqueiros foram dizimados. O manicongo Nvita a Nkanga é morto em combate e decapitado, seu filho de sete anos é preso. Os homens do exército congolês fogem em debandada. A cabeça do rei morto é enterrada na capela de Nossa Senhora de Nazaré em Luanda e seu cetro e sua coroa são enviados à Lisboa como troféus de guerra (THORNTON, 1999). Com a morte do rei e de grande parte da nobreza, mais uma vez a guerra de sucessão se estende sobre o reino. Até mesmo os capuchinhos buscam influenciar nas eleições em prol de seus protegidos (CHANTAL, 2010). Diante da debilidade militar e da instabilidade interna os portugueses terminam a obra iniciada em 1665 e destroem a capital São Salvador obrigando ao esvaziamento da cidade e levando a população sobrevivente a fugir para os campos (VANSINA, 2010).



## UMA VELHA HISTÓRIA COM NOVAS PERSPECTIVAS

Episódios como estes revelam a necessidade de se estudar as interconexões entre os povos do Atlântico. Tal perspectiva mostra-se aqui possível. Diversas relações entre o manicongo e seus embaixadores com portugueses, holandeses, espanhóis e a sede da Igreja Católica durante os séculos XVI e XVII, são marcadas por interseções que complementam, justificam e ampliam o horizonte de debate das histórias das nacionalidade ou apenas regionais.

Essa envergadura na atuações diplomáticas deste reino africano mostram que antes de ser apenas um fornecedor de mão de obra cativa para os impérios coloniais da América o continente possui sua dinâmica econômica e política próprias com uma infinidade de organizações sociais também próprias. As maneiras como cada uma delas se envolve nesta dinâmica atlântica e suas contribuições na construção e reinvenção deste espaço também é diversificada. O modo como as lideranças do Reino do Congo, entre os séculos XVI e XVII, assimilaram elementos do campo simbólico e religioso europeu e se utilizaram deles, assim como o entendimento da conjuntura da política internacional nas quais estavam envolvidos, mostram a amplitude e a importância desta participação. Participação esta não necessariamente paciente ou reativa, mas muitas das vezes proativa.

### Notas

- 1 Para facilitar a compreensão do tema tratado e evitar a confusão causada pela ampla utilização do termo “Congo”, o rio do mesmo nome será chamado de Zaire, forma corrente no século XIX. O rio Congo, Zaire ou Nzaidi nasce na região dos Grandes Lagos, sendo formado pelos rios Lualaba e Luapula. É o segundo maior rio do continente africano, com 4600 quilômetros de extensão (LOPES, 2011).
- 2 Conforme Wheeler; Péliissier (2012), Manicongo é o título dado ao rei do Congo.
- 3 Conforme Ortiz (2000), transculturação é o fenômeno que envolve a adoção de formas culturais de um grupo por outro. Esta transição se dá em diversos níveis, não desprovido de conflitos, assim a cultura alheia se impõe sobre a originária.
- 4 Jaga é a denominação genérica dada, no século XVII, a grupos nômades de diversas etnias, especialmente os imbangalas. Esta denominação mudou através dos séculos, entre elas agags, cembas, gallas dentre outros (LOPES, 2011).
- 5 É possível encontrar as seguintes grafias: “Funta” ou ainda Nfunda.

### Referências

AMARAL, Ilídio do. “Relações externas congolezas na primeira década do século XVII, em tempos de D. Álvaro II: a Embaixada de D. Garcia Baptista e D. António Manuel”. In: *Finisterra*. n. 32, v. 63. Lisboa, 1997, p. 115-131.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

BOXER, C. R. *Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1988.

CHANTAL Luís da Silva. “Jogos e interesses de poder nos reinos do Congo e de Angola nos séculos 16 a 18”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: FCSH/UNL, 2005, p. 1-8.

ELTIS, David. “Atlantic History in Global Perspective”. In: *Itinerario*, v. 23, n. 2, Grafaria. Leiden, 1999, p. 1-2.

GRAY, Richard. “The papacy and the Atlantic slave trade: Lourenco da Silva, the capuchins and the decisions of the Holy Office” In: *Past and Present*. n. 115, v. 115. Londres, 1987, p. 52-68.

GREEN, Toby. *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300–1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.



- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- OGOT, Bethwell Allan *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PINTO, Françoise Latour da Veiga; CARREIRA, A. “Portuguese participation in the slavetrade: opposing forces, trends of opinion within Portuguese society: effects on Portugal’s socio-economic development”. In: UNESCO. *The African slave trade from the fifteenth to the nineteenth century*. Porto Príncipe: UNESCO, 1979, p.119-147.
- PUNTONI, Pedro. *A Mísera Sorte: A escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RAMOS, Arthur. *As culturas negras no novo mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History””. In: *História*, v. 28. n. 1, 2009, p. 16-70.
- THOMPSON, Estevam C. O “Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX)”. In: *Temporalidades*. v. 4, n. 2, ago-dez 2012, p. 80-102.
- THORNTON, John. “As Guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEEA/UCAM, v. 28, 1997, p. 55-74.
- THORNTON, John. *Warfare in Atlantic Africa, 1500 –1800*. Londres: UCL Press, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. “Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII”, *Revista Tempos*, n. 6, Niterói, 1998.
- VANSINA, Jan. “O Reino do Congo e seus vizinhos”. In: OGOT, Bethwell Allan (Org.) *História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.
- WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

